

O DISCURSO

Eu tenho a imensa satisfação de ter assinado esta mensagem que é o resgate de um compromisso assumido para com a Nação, pela Aliança Democrática.

Fiz questão de convidar homens de todos os partidos para que assistissem a esta solenidade, porque se trata de um ato que não diz respeito somente aos nossos partidos, aos partidos que compõem a Aliança Democrática. Mas é sobretudo um ato que diz respeito a uma vontade unânime da própria Nação brasileira, a que todos nós devemos nos curvar, e que está acima de todos os partidos, de todas as tendências, porque representa um grande anseio nacional. Eu espero, portanto, que o Congresso Nacional o receba, como uma demonstração inequívoca do governo, de que ele deseja, de imediato, que as eleições diretas sejam restabelecidas. Como acabo de dizer perante o Ministério, embora considerando que a duração do atual mandato, e a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual presidente seja uma atribuição da Assembleia Nacional Constituinte, que iremos convocar, desde logo manifesto o meu pontodevista, de que o mandato deve ser de 4 anos.

Por outro lado, imediatamente irei procurar o presidente da Aliança Democrática, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente da Frente Liberal, senador Jorge Bornhausen, bem como os nossos líderes, no sentido de iniciar conversações para que possamos estabelecer o projeto político da Nova República, que seja um projeto unificado, que possa fazer uma revisão institucional em toda a matéria a ser votada, de modo a que todos nós, de todos os partidos, caminhemos sabendo quais os prazos que temos, os objetivos que teremos, e as finalidades que nós desejamos. Esse é o objetivo do governo, de caminhar com a Nação, com os partidos e com o Congresso, para que esse País seja totalmente institucionalizado e a democracia, volte a ser aquela democracia que todos nós desejamos. Muito obrigado todos pela honrosa presença nesta casa".

Congresso vota hoje a direta

Acordo dos líderes inclui a emenda na reforma eleitoral

LUIZ MARQUES

A proposta do presidente José Sarney para a eleição direta do presidente da República, enviada ontem ao Congresso Nacional, pode ser aprovada hoje mesmo pela manhã: um acordo entre os líderes dos partidos, no final da tarde de ontem, permitiu a inclusão da proposta de Sarney no substitutivo João Gilberto da emenda constitucional da reforma eleitoral, para permitir a possibilidade de votação imediata de toda a matéria.

Entre os partidos, apenas o PT não mandou representante à cerimônia em que o presidente Sarney assinou, logo depois da reunião ministerial de ontem, a mensagem ao Congresso para propor a eleição direta para a presidência em dois turnos — se, no primeiro turno, nenhum candidato conquistar a maioria absoluta dos votos, excluídos os brancos e nulos, outra votação se realizará 30 dias depois entre os dois candidatos mais votados na primeira.

A proposta presidencial não menciona a duração do mandato do presidente, mas Sarney confirmou para os líderes dos partidos, ao assinar a mensagem, que deseja fixá-lo em quatro anos, mas prefere deixar a decisão para a Assembleia Nacional Constituinte. A data da eleição presidencial também não é fixada pela proposta, que apenas a convoca para 120 dias antes do término do mandato presidencial — atualmente, o mandato se encerra a 15 de março, o que determina a eleição para 15 ou 16 de novembro, na dependência do mês de fevereiro seguinte ser ou não bissexto.

A Constituinte deve ser eleita em 1986, segundo o consenso das mais importantes lideranças políticas, mas a questão não entrou no discurso de Sarney na reunião no Planalto com os representantes dos partidos.

COMPROMISSO

Na mensagem ao Congresso em que encaminha a proposta, o presidente Sarney recorda que a restauração da eleição presidencial direta é um compromisso com "a nossa tradição republicana", confirmada nos comícios "nas praças públicas de todo o País" realizados no ano passado. Além disso, observa Sarney



Sarney promete chamar líderes para novas decisões no projeto político

que "a devolução à soberania popular do direito de eleger seus supremos mandatários inscreveu-se no objetivo primeiro do "Compromisso com a Nação" — produto do ajuste de forças políticas reunidas na Aliança Democrática, que empolgou a sociedade brasileira e levou à vitória a chapa liderada pelo imperecível presidente Tancredo Neves".

Finalmente, reafirma Sarney que a sua proposta constitui um "vigoroso passo no sentido de efetivar, em sua plenitude, o processo democrático e cumprir inequivocamente postulado indispensável à edificação da Nova República".

Ao terminar a cerimônia no Palácio do Planalto, os ministros e líderes políticos retiravam-se num clima de euforia pelas duas reuniões — a ministerial e a da mensagem das diretas. "A missão de líder na Câmara está mais fácil do que eu pensava", comemorou o deputado Pimenta da Veiga. (A repercussão da emenda das diretas está na página 8)



A emenda reuniu Sarney com os líderes no Planalto